

O Mercosul e o Sul da África

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Quem se dedicasse, em 1989, à análise da situação dos principais países do Atlântico Sul se teria deparado com um quadro lamentável sob quase todos os pontos de vista. Do lado positivo, era possível apenas contabilizar o início da consolidação do retorno à democracia na Argentina e no Brasil. A lista de pontos negativos era longa: generalizada estagnação econômica, aparente solidez do iníquo apartheid sul-africano, mazorca macroeconômica na Argentina e no Brasil e – numa licença geográfica – permanente crise econômica e política na Nigéria.

A mesma análise, hoje, conduziria a resultados espetacularmente diversos, à exceção do torvelinho nigeriano. À consolidação da democracia na Argentina e no Brasil seguiram-se reformas econômicas que resultaram na redução da inflação nos dois países e melhor desempenho quanto ao crescimento, no período mais recente, especialmente no Brasil. Na África do Sul, a política de contínua normalização política levou a uma constituição democrática e à eleição de Nelson Mandela como presidente da República. A liberalização interna permitiu a normalização das relações internacionais: a volta às Nações Unidas e à Comunidade Britânica, o fim das sanções, o fim da interferência em Angola e a independência da Namíbia.

A economia sul-africana não é muito menor do que a da Argentina. Depois de uma década de estagnação, voltou a crescer. Sem correções para levar em conta distorções cambiais, seu tamanho é da ordem de dois terços da economia argentina, com uma renda per capita semelhante à do Brasil. Os fluxos de comércio externo sul-africano são cerca de 30% superiores aos da Argentina. Como a maior economia africana, a África do Sul é o polo natural de qualquer iniciativa de integração sub-regional, especialmente na África Austral. A Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África seria uma candidata natural a servir de base a uma iniciativa de integração regional que poderia incluir mais 11 países, entre os quais os maiores são Angola e Zimbábue, com o produto agregado equivalente a cerca de 20% da economia sul-africana.

É certo que os problemas políticos e estruturais na África do Sul são enormes. A desigualdade social é significativa: a renda per capita da população branca (13% do total) é da ordem de 10 a 12 vezes maior do que a da população negra (75% do total). A taxa de mortalidade infantil era em 1993 menor do que a do Brasil, embora a velocidade de queda desde os anos 60 tenha sido bem menor. No plano político, a pluralidade étnica, linguística e cultural aumenta as dificuldades de consolidação de um Estado nacional democrático. Quase 60% da população negra vive nas chamadas *homelands*, áreas semiautônomas etnicamente homogêneas.

As perspectivas de crescimento são bastante promissoras, em vista da remoção de barreiras que tolheram por longo tempo a expansão da economia sul-africana. É nesse quadro que tem particular interesse para o Brasil a aproximação política e econômica com a África do Sul. A expansão da teia de acordos de comércio regional do Brasil não tem nenhuma razão para se limitar à América Latina, como demonstra a aproximação com a União Europeia. A diferença é que, enquanto no caso da União Europeia provavelmente a iniciativa terá escasso conteúdo

econômico substantivo, o mesmo poderá não ocorrer no Atlântico Sul. O exame perfunctório do comércio da África do Sul com a Argentina e o Brasil desde o final da década dos 80 revela um crescimento muito mais rápido do que o do comércio total sul-africano.

Quais os interesses em um Mercosul incluindo a África do Sul e sua área de influência econômica? À África do Sul interessaria o acesso ao mercado brasileiro como parceiro de menor tamanho de uma zona de comércio preferencial, especialmente no quadro do comércio intra-indústria. Além disso, a fragilidade da agricultura sul-africana a condições climáticas adversas pode transformá-la em demandante substancial de grãos oriundos da América do Sul. À Argentina certamente interessa atenuar o desconfortável peso do Brasil numa zona de comércio preferencial. Tem, além disso, genuínos interesses comerciais, tal como o Brasil. Os interesses brasileiros, além do acesso preferencial ao mercado sul-africano, incluem a demonstração da capacidade de fugir às atuais limitações à política externa, impostas pela integração hemisférica americana, e a colheita dos frutos da sua política no Sul da África, inaugurada com o reconhecimento da independência angolana, em 1975.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.